



DEUS SEJALUWANO

# Os impactos socioambientais do desenvolvimento econômico na pesca artesanal: uma análise a partir dos modos de vida e de trabalho

*The environmental impacts of economic development in artisanal fisheries: an analysis from the modes of living and working \*\*\**

## Resumo

A reflexão proposta neste artigo fundamenta-se na experiência de extensão universitária das professoras-autoras durante o desenvolvimento do projeto executado em comunidades pesqueiras do litoral capixaba em 2012. Por intermédio de uma metodologia dialogada e da coleta de depoimentos (com registro audiovisual), buscou-se refletir sobre as condições de vida e trabalho dessas populações, principalmente quanto aos impactos socioambientais que vêm sofrendo por conta da expansão dos grandes empreendimentos econômicos em suas localidades, impedindo a sua reprodução enquanto grupo social e negligenciando os seus direitos.

Palavras-chave: Pesca artesanal; Meio Ambiente; Desenvolvimento; Direitos Sociais.

Winifred Knox  
Aline Trigueiro  
Daniela Zanetti

winknox@hotmail.com  
aline.trigueiro@uol.com.br  
daniela.zanetti@gmail.com

## Abstract

*The reflection proposed in this article is based on the experience of academic extension-authors during the development of the project executed in the fishing communities of the coast of Espírito Santo in 2012. Through a dialogic methodology and collecting testimonials (with audiovisual recording), we sought to reflect on the lives and work of these people, mainly regarding the environmental impacts that have suffered due to the expansion of the large economic enterprises in their localities by preventing their reproduction as neglecting social group and their rights.*

*Keywords: Artisanal fishing; Environment; Development; Social Rights.*

## INTRODUÇÃO

O artigo tem o propósito de expor e discutir alguns resultados da pesquisa de extensão realizada junto às populações pesqueiras do litoral do ES no ano de 2012<sup>2</sup>. O trabalho foi realizado a partir de uma metodologia dialogada com os sujeitos de pesquisa, por meio de oficinas mobilizadoras, nas quais pescadores e pescadoras foram os protagonistas na fala e na exposição de seus problemas. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados os recursos audiovisuais: a gravação de entrevistas e a filmagem das oficinas realizadas, assim como dos depoimentos dos(as) pescadores(as).

O projeto está inserido nos objetivos de pesquisa do GEPEDES<sup>3</sup>, no qual integram alunos de graduação e de pós-graduação. O presente artigo apresenta uma análise dos impactos socioambientais advindos do modelo de desenvolvimento em curso no ES, assim como as suas consequências sobre a atividade pesqueira<sup>4</sup>. Para tanto, utilizamos as falas dos(as) próprios(as) pescadores(as), objetivando ressaltar como estes percebem as alterações promovidas nos seus cotidianos.

Por fim, o artigo reflete sobre a importância da metodologia dialogada, no trabalho de extensão universitária, e as formas de utilização do recurso audiovisual na captação de imagens e depoimentos durante as oficinas, além de trazer uma breve discussão sobre o papel da extensão universitária.

### *Definições e identificações – a pesca artesanal uma atividade profissional somente?*

Nesse primeiro momento importa definir e identificar quem são estes pescadores artesanais, como vivem e trabalham. Uma indagação de fundo guia nossas reflexões: trata-se tão somente a pesca artesanal de mais uma atividade econômica que está em extinção, como várias outras profissões de artesãos que desapareceram com a entrada da industrialização nas sociedades modernas? Procuramos mostrar que essa premissa é parcial ou totalmente falsa. Caminhamos privilegiando a análise dos diversos aspectos envolvidos na situação da pesca artesanal no ES e, optamos por investigar os processos sociais envolvidos e as causas que geram esta situação.

Se seguirmos na análise da evolução do capitalismo, vamos observar que a Revolução Industrial significou uma ruptura nos modos de fazer artesanais. Tal ruptura já estava delineada desde os tempos da produção manufatureira, quando se agregou ao processo produtivo os dispositivos mecânicos da máquina-ferramenta (MARX, 1982). Essa mudança visava, inicialmente, ampliar a capacidade produtiva humana que se encontrava, no período artesanal, limitada pela própria condição física do trabalhador; ou seja, este somente poderia manejar ferramentas de trabalho compatíveis com sua força corporal. Esse movimento vai, posteriormente, culminar na ascensão da grande indústria<sup>5</sup>.

Não obstante, nas outras fases do capitalismo industrial, sobretudo nas sociedades que têm por valor o ato de consumo (BAUMAN, 2008), pode-se notar o ressurgimento de várias profissões artesanais. A permanência ou o retorno desses ofícios acontecem com a valoração da atividade como algo fora da produção em série, tornando o

<sup>2</sup> A pesquisa contou com apoio financeiro do MEC/PROEXT/PPROEX/UFES, com coordenação da Profa. Aline Trigueiro, vice-coordenação da Profa. Winifred Knox e colaboração da Profa. Daniela Zanetti.

<sup>3</sup> Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo, coordenado pelas Profas.: Aline Trigueiro e Winifred Knox, o qual tem se dedicado ao estudo das seguintes linhas de pesquisa: a) Desenvolvimento e impactos socioambientais no litoral do ES; b) Populações pesqueiras: modos de vida e de trabalho; c) Conflitos socioambientais; d) Risco e saúde entre os grupos pesqueiros.

produto altamente caro (em relação ao produzido grande escala) e qualificado. Seria então a atividade extrativa da pesca artesanal um desses casos? Entendemos que não. A pesca artesanal não diz respeito a uma atividade que deixou de existir num determinado período histórico e que de repente retornou por conta de um modismo, ou de uma pressão do mercado consumidor esclarecido. A pesca artesanal é uma atividade que perpassou os tempos e as transformações histórico-sociais enquanto um modo de vida, muito mais que uma atividade profissional apenas. Hoje, porém, ela enfrenta um dos seus maiores embates: os processos modernizadores que adentram, com cada vez mais força, os seus lugares de vivência e de produção (CANCLINI, 2003).

Nas sociedades de modernidade tardia (GIDDENS, 1997), a modernização tem trazido alguns benefícios e melhorias tecnológicas, mas tem significado um grande impacto na organização social das sociedades haliêuticas, sociedades de pescadores marítimos, pois a densa ocupação demográfica do litoral atua desalojando-os de suas áreas de residência. As atividades cada vez maiores de exploração dos mares, pela construção dos portos para exportação de commodities, pela exploração de petróleo, pelo intenso movimento turístico na costa, têm ocasionado impactos ambientais que se refletem na atividade socioeconômica desses grupos.

Isso faz com que a pesca próxima da costa, aquela mais artesanal fique cada vez mais comprometida na sua função inicial, a de ser uma pequena economia doméstica e de prover a sobrevivência familiar. A alternativa encontrada tem sido o avanço para mares mais distantes em barcos maiores e um pouco mais instrumentalizados tecnologicamente. Mas estes barcos ainda são frágeis de tábuas de madeira, enfrentam grandes perigos no mar alto e ainda têm que competir com os grandes barcos industriais, as conhecidas traineiras, que adentram a área de pesca onde não deveriam penetrar porque não são permitidas.

Isso significa pensar o quanto a atividade da pesca artesanal tem sido fortemente abalada. Quais são então os índices que temos para contrapor a fala da dificuldade e a da extinção da atividade econômica?

Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura criado em 2006, o pescador artesanal é aquele que pesca em um barco menor do que 15 metros de tamanho, ou seja, é aquele que exerce “a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte”.<sup>6</sup>

No Brasil constam cerca de 970 mil pescadores registrados, 957 mil são pescadores e pescadoras artesanais. Estão organizados atualmente em cerca de 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas. Em termos de produção, são produzidos no Brasil 1 milhão e 240 mil toneladas de pescado por ano, sendo que cerca de 45% dessa produção é da pesca artesanal. O relatório de 2006 do monitoramento fala em 1.500.000 embarcações.<sup>7</sup>

Esses dados mostram a capacidade difusa de distribuição que essa atividade é geradora, se considerarmos o oposto, no caso a pesca industrial, que é composta por cerca de

<sup>4</sup> Para este artigo, vamos nos concentrar nos casos da grande Vitória.

<sup>5</sup> Trata-se de um momento em que definitivamente o modelo artesanal de produção teria sido deixado para trás em prol da aceleração e da produtividade exigidas pelo processo capitalista de produção. Seriam suplantados, com isso, os ritmos de trabalho diferenciados do artefato manual, do mecânico e dos processos de transmissão oral dos saberes que eram intercambiados pela ‘leitura da natureza’ e pela relação não dissociada entre pensamento e prática durante o processo produtivo



<sup>6</sup> Ver <http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>

<sup>7</sup> Relatório Final do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Litoral do Brasil – Projeto Estatpesca, Brasília, 2006. Acessado no site <http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>

<sup>8</sup> A dificuldade de dados de monitoramento para o Estado faz com que haja a dificuldade de dados mais recentes. Os dados encontram-se no Novo pedeaq 2007-2025 - Plano estratégico de desenvolvimento da agricultura capixaba, Incaper, Vitória/ES, 2007 e do Macro Diagnóstico de Aquicultura e Pesca de 2005.

<sup>9</sup> Mais informações em LITTLE, 2002.

<sup>10</sup> Segundo [http://planetastentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo\\_276590.shtml](http://planetastentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo_276590.shtml). Conferir também <http://www.guardian.co.uk/environment/2010/feb/18/worlds-top-firms-environmental-damage>.

5.000 embarcações, envolvendo 40.000 trabalhadores somente no setor de captura.

No ES, o monitoramento de 2006 contou 14000 empregos diretos e 5 mil empregos indiretos na pesca e conta com 11.517 pescadores ativos sendo que o volume de pesca somou um total de 18000 toneladas no último ano de monitoramento geral.<sup>8</sup> No estado, percebemos um contingente de pescadores dedicado à pescaria diária, o ir pescar e voltar no mesmo dia. Esses pescadores vão de bote, barco a remo, baitera, etc, até ao pesqueiro e voltam no mesmo dia. Possuem seu próprio barco e os instrumentos de trabalho, navegam com uma tripulação familiar ou conhecida de muitos anos. Se orientam para os pesqueiros seguindo noções básicas, embora bastante complexas, repassadas oralmente, geralmente vindo de gerações anteriores. Enfim, não se afastam muito da costa.

Há também um grupo de pescadores que se encontra proletarizado, são aqueles contratados para trabalhar nos barcos maiores, com uma tripulação que varia de 5 a 7 pessoas. Em princípio ainda procuram manter as bases familiares, porém as relações de trabalho, de respeito e sociabilidade são diferentes da pesca do bote (MALDONADO, 1994). Normalmente permanecem no mínimo cinco dias no mar podendo ficar até 20 dias, trazendo no barco até 20 toneladas de peixe. A escolha dos membros da tripulação é feita ou pelo dono do barco, que na maioria das vezes não pesca mais, em alguns casos nunca pescou, ou pelo mestre. Mas os critérios de escolha são também diferenciados, guiados pela ideia da produtividade, do lucro e do mercado. Esses barcos possuem equipamentos básicos de náutica, como sonda, sonar e o GPS.

Mas para além de uma atividade puramente econômica e profissional, as populações pesqueiras têm produzido um gama enorme de invenções, significações e modos de vida. No vértice desta experiência de gerações antepassadas no trato com a natureza, na singularidade da formação dos sujeitos coletivos e individuais (MALDONADO, 1994, DIEGUES, 1998 RAMALHO, 2006), esse conjunto de elementos da ordem do simbólico interage na organização do trabalho, nas relações dos sujeitos entre si e com a natureza.

### *O (des)envolvimento e seus impactos socioambientais*

Os processos modernizadores, os quais já referenciamos anteriormente, têm a sua história atrelada ao clássico modelo do desenvolvimento mimético, projetado pelos países ricos para os países pobres, comportando uma transferência de pacotes tecnológicos (o mais emblemático foi a Revolução Verde)<sup>9</sup>, incentivos à industrialização, assim como a valorização do estilo de vida urbano e dos costumes “modernos”. Decorre daí que os modos de vida divergentes desse modelo - ou que travam resistências ao mesmo - passam a ser considerados como entraves ao progresso econômico. São logo tomados por arcaicos ou atrasados e acabam, muitas vezes, sobrepujados.

Considerando que a vida social de qualquer grupo ou sociedade só se faz e se sustenta na inter-relação com o ambiente, seja ele natural ou humanamente construído, compreende-se o quanto as populações e grupos sociais que têm seus modos de vida intrinsecamente relacionados aos elementos bio-físicos e aos ciclos naturais –

como é o caso dos pescadores, das pescadoras, das marisqueiras e catadores de sururu – são impactadas com as alterações promovidas nesse ambiente. Estas representam alterações nos seus cotidianos e também reelaborações nos seus processos de trabalho.

A esse tipo de sociabilidade capitalista (ACSELRAD, 1998), impactante e degradadora, têm sido produzidos alguns espaços de crítica e fontes de resistência, dentre os quais destacamos: a) criação de arenas públicas para debater a questão ambiental (FUKS, 2001), tais como: Conselhos Ambientais; Encontros e Conferências nacionais e internacionais, etc.; b) a institucionalização desse tema nas agendas governamentais (criação de órgãos reguladores; legislações e normatizações); c) a ambientalização (LEITE LOPES, 2006) das bandeiras e discursos de parte dos movimentos sociais contemporâneos; e d) os conflitos distributivos (ALIER, 2007) promovidos por grupos portadores de saberes e vivências que estão atrelados a um determinado território e que lutam contra a instalação de processos modernizadores em seus espaços de vida. No Brasil, esses grupos contam com o amparo legal do Decreto 6040/2007, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

No Espírito Santo os processos modernizadores e desenvolvimentistas ganharam destaque a partir da segunda metade do século XX. Nesse período buscou-se atrair para o território grandes plantas industriais, dando início a uma política cujo objetivo era substituir o modelo primário-exportador, antes baseado na cafeicultura, por uma matriz industrial, sobretudo extrativista. Foram instaladas, desde então, empresas consideradas amplamente degradadoras do meio ambiente, nos ramos de: siderurgia; celulose e energia (petróleo e gás)<sup>10</sup>. Além dessas empresas ganham relevo as atividades portuárias, responsáveis pela logística e pelo escoamento dos produtos dessas atividades extrativistas.

Sistematizamos, a partir das falas dos pescadores, durante as oficinas realizadas, as principais fontes de impactos aos seus modos de vida. Segue o quadro:

***Principais fontes de impactos na atividade pesqueira destacadas pelos pescadores(as):***

- 1. Grandes empreendimentos: portos (construção e expansão, incluindo dragagem); petróleo e gás (as plataformas de petróleo e os estudos sísmicos); o tráfego de navios cargueiros;*
- 2. Pesca industrial (pesca predatória das traineiras);*
- 3. Estrutura da legislação ambiental (defeso, fiscalização);*
- 4. Condições socioambientais (poluição dos mangues, assoreamento dos rios, etc.);*
- 5. Política pública pesqueira deficiente (licenças, incentivos, etc.);*
- 6. Baixa capacidade de associativismo (pouca organização comunitária).*

É neste sentido que a situação das populações pesqueiras artesanais no ES preocupa. Estas estão sendo pressionadas por todas essas atividades industriais locali-

zadas no litoral, já descritas e, ainda, por um discurso ambientalista que muitas vezes é tutelador e ressentido (LOBÃO, 2010), culpabilizando os pescadores artesanais pelas atividades predatórias no litoral, como se estes fossem os responsáveis pelo desgaste que tem havido nos recursos pesqueiros.

Durante a realização das oficinas, os temas em evidência foram relativos aos modos de vida e às condições trabalho: as mudanças nas condições de trabalho, no meio ambiente, na sociedade, na relação com os pares. Para além da pesca artesanal como atividade comum, os relatos, as impressões, as demandas, os problemas, são aspectos que confluem e que ajudam a conformar essas comunidades. Ao mesmo tempo, e de modo paradoxal, são também os elementos que contribuem para a dissolução desses grupos, uma vez que a tradição da pesca artesanal, passada de geração para geração, está ameaçada. Frente a essa realidade, nota-se um discurso de vários pescadores que manifestam o desejo de que seus filhos tenham outras profissões – ainda que essa fala tão somente reflita um anseio por maior reconhecimento social dessa atividade. É daí que surge, por exemplo, o conflito entre continuar sendo pescador – e, portanto, ser dono do próprio negócio e gozar de maior autonomia –, ou aderir ao mercado de trabalho convencional, o que incluiria ter uma carteira de trabalho e outros benefícios, mas, ao mesmo tempo, se tornar empregado.

Na sequência, transcrevemos alguns trechos dos depoimentos colhidos dos pescadores, das pescadoras, de lideranças da pesca e das marisqueiras sobre os impactos sofridos em suas condições de vida e trabalho.

*“ O marisco é tradição, eu tô com 39 anos, sou nascida e criada em Itapoã, minha família é toda de pescador, sempre teve esse negócio de cozinhar sururu na beira da praia, geração em geração, ano passado começou uns fiscais aí, que a Anvisa não quer mais que cozinhe sururu na beira da praia, que a gente tem que sair de lá, só que isso é tradição, é uma coisa que não pode acabar, é artesanal. É coisa assim de geração, minha avó morreu há 3 anos atrás com 100 e poucos anos e era pescadora (...) A gente queria alguém pra ajudar nessa parte aí de manter a tradição, porque eu pretendo enquanto eu tiver viva pretendo continuar no mar, mesmo se não tiver sururu ou peixe eu vou lá todo dia olhar para cara do mar e fico lá (Marisqueira)”.*

Considerando o teor e a importância dessas falas e o quanto elas significam em termos de uma crítica aos processos modernizadores no ES - principalmente nos aspectos socioambientais - é que pensamos ser o atual modelo em curso desprovido de qualquer envolvimento com as comunidades pesqueiras artesanais, trata-se então de um (des)envolvimento, ou não-envolvimento. A nosso ver, não é possível pensar o desenvolvimento como se ele fosse o resultado apenas da instalação de grandes indústrias e da implementação de empresas

COMUNIDADES PESQUEIRAS	DEPOIMENTOS
<p><b>Ilha das Caierias</b> Vitória</p>	<p>- O Porto [o Porto de Tubarão] ali era a entrada do peixe, o peixe que ia entrar, entendeu? O trânsito do navio, embarcação direto, o peixe não vai chegar nem ali, quanto mais passar por aqui. Qual a hora que vai parar o Porto para o peixe passar? (Pescador).</p> <p>- (...) o peixe grande, o boto, entrava por lá e saía pela barra aqui, agora não aparece mais boto, xaréu acabou, por que eles aterraram lá [Porto], tapou a passagem do peixe. Você vai até Praia Mole, pode filmar lá, fica tudo ali brincando perto de Tubarão, ali de Tubarão pra fora, não passa por ali porque não tem passagem, que as pedras atrapalhou a passagem de peixe (Pescador).</p>
<p><b>Praia do Suá</b> Vitória</p>	<p>- O pesqueiro nosso maior que a gente tem aqui, mais pro norte, é navio puro, é muito navio parado no pesqueiro. Então, você vai ali para fora: não há fiscalização. Todo navio que para, a manutenção que eles fazem: ferrugem, chapa, eles jogam tudo na água, todo o lixo do navio... Todo dia, todo dia... Então, eles querem obrigar a gente a trabalhar mais no fundo (...) Primeiro: onde o navio ancora você não trabalha mais, porque ele faz um buraco, mexe tudo no fundo. Segundo: toda manutenção que eles fazem, eles jogam tudo no fundo da água. Palha de aço, tudo! Ferro, pneu, chapa, saco de ferrugem, tudo! ... Tudo vai pro fundo... Entendeu? Então como é que a gente trabalha? (Pescador).</p>
<p><b>Praia de Itapoã</b> Vila Velha</p>	<p>- Quando o progresso veio a gente já existia, o progresso [especulação imobiliária na orla] que tem que se adequar a gente e não a gente ao progresso, só que não é isso que tá acontecendo. Muitos pescadores já nem existe mais, muitos tiveram que vender suas casas por causa desse tal progresso, o progresso devia ser uma coisa pra melhorar, e não pra prejudicar. Por exemplo: a lagosta, chegaram lá há 3, 4 anos atrás, a gente tinha tresmalho de lagosta, todo pescador tinha, a gente pegava a lagosta, era um dinheiro que a gente ganhava. O mar era bom de pegar lagosta, aí chegaram [Ibama] e ah não pode e tal, (...) aí daqui a pouco os caras com a lancha tão lá, e por que eles podem? "ah, por que eles têm uma gaiola", e os pescador pobre que nem a gente não tem condição de comprar uma gaiola daquela, aí os ricos têm, aí os ricos podem ir lá e pegar no nosso mar que Deus deu pra todo mundo, só pessoa de baixa renda não pode, por que não tem condição. Aí a gente tem que ficar vendo, o barco chegou com tantas toneladas de lagosta, aí vai lá vê é de um empresário, por que eles podem e a gente não (...) (Marisqueira).</p> <p>- O marisco é tradição, eu tô com 39 anos, sou nascida e criada em Itapoã, minha família é toda de pescador, sempre teve esse negócio de cozinhar sururu na beira da praia, geração em geração, ano passado começou uns fiscais aí, que a Anvisa não quer mais que cozinhe sururu na beira da praia, que a gente tem que sair de lá, só que isso é tradição, é uma coisa que não pode acabar, é artesanal. É coisa assim de geração, minha avó morreu há 3 anos atrás com 100 e poucos anos e era pescadora (...) A gente queria alguém pra ajudar nessa parte aí de manter a tradição, porque eu pretendo enquanto eu tiver viva pretendo continuar no mar, mesmo se não tiver sururu ou peixe eu vou lá todo dia olhar para cara do mar e fico lá (Marisqueira).</p>



poluidoras no estado. É preciso pensar a complexidade existente ao se querer produzir riquezas, seja por um estado ou uma nação. O bem-estar coletivo e a qualidade ambiental, as condições de vida e de trabalho, assim como os processos dialógicos (interativos e participativos) são aspectos importantes a serem considerados.

O diferencial dessas comunidades está justamente em seus modos de vida intimamente atrelados às suas práticas de trabalho – a pesca ou coleta artesanal –, altamente ligados à natureza, o que as caracteriza como sendo “tradicionais”

#### *O audiovisual como instrumento de investigação, registro e divulgação*

No processo de aproximação e de interação com as comunidades pesqueiras estudadas, a utilização de recursos audiovisuais se mostrou necessária não apenas para fins práticos – para facilitar, por exemplo, o registro das falas, gestos, expressões dos participantes –, mas principalmente como elemento de reflexão acerca de questões éticas no que tange à apropriação/uso de imagens e sua inserção numa determinada narrativa a ser construída. Quais os “dispositivos”, ou seja, os procedimentos de filmagem, mais apropriados para auxiliar no levantamento das informações desejadas?

A partir da reflexão sobre o modo de abordagem audiovisual a ser realizada ao longo do processo, optou-se por um modelo de registro documental que poderia ser caracterizado como sendo “interativo”, considerando, com base em Nichols (1991), os princípios que caracterizam o modelo de documentário interativo. Esse modo – proposto inicialmente por Jean Rouch e Edgard Morin na década de 1960 – pressupõe a existência da parcialidade, da presença situada e do conhecimento local derivado do encontro entre os realizadores e os indivíduos retratados. Trata-se de identificar como a equipe de filmagem e os atores sociais respondem um ao outro, considerando que um dos principais instrumentos utilizados nessa mediação é a entrevista. Um documentarista brasileiro que pautou seu trabalho a partir desta vertente do filme documental é Eduardo Coutinho, diretor de vários filmes, e cujo método, em parte, foi usado como referência<sup>11</sup>. Pode-se afirmar que o documentário, a partir dessa abordagem, assume a função de um “agente catalisador”, possibilitando a qualquer sujeito se converter em um “participante articulado da sociedade” (BARNOUW, 2002, p. 220).

No trabalho realizado pelo GEPEDES, adotou-se o formato de oficinas para efetivar essa aproximação entre pesquisadores e atores sociais, a partir do que se estabelece

Diretor de filmes como Boca de Lixo (1992), Santo Forte (1999), Edifício Master (2002), Peões (2004), entre outros.

um debate em torno das questões relativas à pesquisa. Durante as oficinas, a equipe de filmagem priorizou basicamente três tipos de registro audiovisual: i) o registro completo das oficinas, com foco nas falas dos pescadores e na forma como estes debatem os temas propostos; ii) as entrevistas individuais, normalmente privilegiando o depoimento das lideranças das colônias/comunidades pesqueiras; e iii) imagens complementares, ou “de apoio”, que oferecem um panorama do contexto no qual está inserida cada uma das comunidades e o cotidiano de atividades dos pescadores: o ambiente externo (o porto, a praia, a casa, a rua), os barcos, instrumentos de trabalho (baldes, redes, cordas), os “produtos” (peixes, mariscos).

As oficinas, realizadas em espaços fechados, foram registradas em geral com uma câmera fixa, em plano aberto, de modo a dar visibilidade a todos os participantes. As entrevistas, em geral, privilegiaram o enquadramento em plano médio, valorizando as expressões dos pescadores e suas posturas frente aos temas propostos, o direcionamento de seu olhar, o modo como estabelece uma relação com os entrevistadores e com os colegas. Esses dois tipos de registro também forneceram o áudio para a transcrição das falas e análise dos discursos.

Há de se considerar que os entrevistados não fazem parte de grupos isolados ou distantes da realidade dos realizadores do material audiovisual. Pelo contrário, são indivíduos que, em geral, também integram o ambiente urbano e compartilham do consumo de imagens que caracteriza nossa sociedade midiaticizada. Portanto, em geral atuam como agentes ativos no processo de troca de informações com os entrevistadores. O diferencial dessas comunidades está justamente em seus modos de vida intimamente atrelados às suas práticas de trabalho – a pesca ou coleta artesanal –, altamente ligados à natureza, o que as caracteriza como sendo “tradicionais”. O registro audiovisual como um todo, serviu de base para a produção de três vídeos documentários: a) uma espécie de teaser (uma peça que antecede o lançamento de um produto ou de uma campanha) sobre o projeto, com cinco minutos de duração; b) um vídeo de 10 minutos que apresenta o projeto e o resultado das oficinas de forma mais didática, para ser apresentado aos pescadores na ocasião do retorno da equipe às comunidades; e c) um vídeo de 20 minutos direcionado ao público em geral, e que trata, em especial, da situação atual das principais comunidades pesqueiras no ES e suas problemáticas locais, frente à expansão industrial na região e a falta de políticas públicas voltadas para a preservação da pesca artesanal.

### ***Notas avaliativas***

A extensão universitária, de grande importância para a universidade, para a formação dos alunos, para a pesquisa e a sociedade em geral, constitui-se um passo importante para esse diálogo de diferentes saberes e a interação com modos de vida de grupos sociais que nem sempre conseguem tornar suas falas e seus problemas alvos dos interesses acadêmicos.

A produção de conhecimento realizada nas universidades deve adotar uma postura de reflexão crítica, em relação ao senso comum e em relação ao seu próprio conhe-

cimento. O projeto de extensão que realizamos junto aos grupos pesqueiros se insere dentro deste âmbito, na medida em que visou aliar a teoria refletindo criticamente sobre a realidade, ouvindo aqueles que estão longe das mesas e laboratórios criadores, pensando sobre a complexidade social e invocando novos processos de análise.

## Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 91-105.
- BARNOUW, Erik. El documental. Historia y estilo. Barcelona (Espanã): Gedisa Editorial 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: JZE, 2008.
- CANCLINI, N.G. Culturas híbridas: estratégia para entrar e sair da Modernidade. São Paulo: EDUSP, 2003.
- DIEGUES, A.C. Ilhas e mares: simbolismo e imaginário. São Paulo: Hucitec, 1998.
- FUKS, Mario. Conflitos ambientais no Rio de Janeiro – ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- GIDDENS, A.; BECK, U. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- KNOX, W. Vivendo do mar: modos de vida e de pesca. Natal: Edufrn, 2009.
- LITTLE, P. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. Tellus. Campo Grande – MS, ano 2, n. 3, p. 33-52, out.2002.
- LOBÃO, R. Cosmologia política do neocolonialismo. Como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Niterói: Ed.UFF, 2010.
- MARX, Karl. A maquinaria e a grande indústria. O Capital. Livro 1 – Processo de Produção do Capital, vol. 1. São Paulo: DIFEL, 1982.
- NICHOLS, Bill. Representing reality. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991.
- LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de participação. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p.31-64, jan./jun. 2006.
- MALDONADO, S. C. Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume Editora, 1994.
- NICHOLS, Bill. Representing reality. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991.
- RAMALHO, C. W. N.. Ah, esse povo do mar!: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. 1. ed. São Paulo; Campinas: Editora Polis; Ceres-Unicamp, 2006.
- Relatório final do projeto de monitoramento da atividade Pesqueira no litoral do Brasil – projeto estatpesca - Convênio SEAP/IBAMA/PROZEE -Brasília, 2006.